



ESCOLA DE
HUMANIDADES

OFICINA DO HISTORIADOR

Oficina do historiador, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-16, jul.-dez. 2020
e-ISSN: 2178-3748

<http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2020.2.37802>

SEÇÃO: DOSSIÊ

José Lutzenberger e a luta pela Amazônia: militância ambientalista internacional em defesa da floresta (1970-1990)¹

José Lutzenberger and the struggle for the Amazon: international environmental militancy in forest protection (1970-1990)

Elenita Malta Pereira²

orcid.org/0000-0001-9835-391X
elenitamalta@gmail.com

Denis Henrique Fiuza³

orcid.org/0000-0003-4353-4726
dfuzahistoria@gmail.com

Sara Rocha Fritz³

orcid.org/0000-0002-6425-9711
sarafritz248@gmail.com

Recebido em: 23/4/2020.

Aprovado em: 9/6/2020.

Publicado em: 21/12/2020.

Resumo: Este artigo trata da atuação do engenheiro agrônomo e ambientalista brasileiro José Lutzenberger na proteção da floresta Amazônica nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Lutzenberger participou de conferências nacionais e internacionais, denunciou projetos do governo brasileiro na mídia e formulou críticas duras à devastação da floresta e seus povos. Em sua militância internacional, por meio de palestras e eventos, difundiu a teoria da Gaia, um dos fundamentos de sua concepção ecológica, e nos anos 1990 foi convidado pelo então presidente Fernando Collor para assumir a Secretaria Nacional do Meio Ambiente, por meio da qual trabalhou na defesa da Amazônia e dos povos indígenas. Entre 1970 e 1990, a Amazônia passa a receber destaque cada vez maior em conferências sobre meio ambiente e na imprensa internacional, tornando-se temática de preocupação global, ao lado das mudanças climáticas e da camada de ozônio. Através da Biografia Histórica e da História Ambiental, analisamos a trajetória de José Lutzenberger, um ator global nesse contexto, cuja atuação é nosso fio condutor para a abordagem das principais lutas empreendidas pelos movimentos ambientalistas brasileiros e de outros países em defesa da grande floresta.

Palavras-chave: Amazônia. José Lutzenberger. História Ambiental Global.

Abstract: This article is about the work of the Brazilian agronomist and environmentalist José Lutzenberger in the protection of Amazon rainforest in the 1970s, 1980s and 1990s. Lutzenberger has participated in national and international conferences, denounced the Brazilian government projects in the media and formulated hard criticisms of the forest devastation and its people. In his international performance, through lectures and events, he was able to diffuse the Gaia theory, which would come to support his ecological conception, and in the 1990s he was invited by that time President Fernando Collor to assume the position of the National Secretariat of Environment, through which he worked in defense of the Amazon and indigenous people. Between 1970 and 1990, the Amazon began to receive increasingly prominence in conferences on environment and in the international press, becoming a topic of global concern, alongside climate changes and the ozone layer. Through Historical Biography and Environmental History, we analyze the path of José Lutzenberger, a global performer in this context, whose performance is our guiding thread for addressing the main struggles undertaken by Brazilian environmental movements and of other countries in defense of the great forest.

Keywords: Amazon. José Lutzenberger. Global Environmental History.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Este artigo faz parte da pesquisa desenvolvida no projeto "José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)", financiado pelo CNPq (Edital Universal 1/2016). Coordenadora: Profa. Elenita Malta Pereira. Bolsistas do CNPq: Sara Rocha Fritz (Iniciação Científica-IC) e Denis Henrique Fiuza (Bolsista Técnico).

² Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Guarapuava, PR, Brasil.

³ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Introdução

O engenheiro agrônomo brasileiro José Lutzenberger (1926-2002) destacou-se como ambientalista em âmbito global. Ao longo de trinta e um anos de militância (1971-2002), uma de suas principais lutas foi a defesa da floresta Amazônica. Acompanhar a trajetória dessa militância em prol da Amazônia nos permite adentrar discursos e práticas que elevaram sua devastação à problemática de alcance mundial, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990.

Durante os anos da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a Amazônia foi palco de megaprojetos de exploração econômica – como a fazenda Rio Cristalino, da Volkswagen, e a exploração da maior mina de ferro do mundo, Carajás – e de colonização, a exemplo do Polonoroeste, financiado pelo Banco Mundial. Esses megaprojetos causaram ampla devastação e danos aos povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos que viviam na região. Lutzenberger foi um dos maiores críticos a esses projetos, atuando de diversas formas, em âmbito nacional e internacional, para denunciar o que estava acontecendo, na tentativa de barrá-los.

Até o início dos anos 1970, estima-se que cerca de 99% da cobertura original da Amazônia ainda estivesse em pé. O corte raso da floresta “vai se tornar uma realidade marcante apenas nas últimas décadas do século XX” (PÁDUA, 2015, p. 236). Mesmo praticamente intacta, Lutzenberger e entidades ambientalistas norte americanas e europeias encamparam uma luta internacional em defesa da floresta.

Na ditadura civil-militar brasileira, a Amazônia foi alvo de projetos que promoveriam seu desenvolvimento e integração ao resto do País. A intenção, divulgada pelos governos militares, era resolver o problema da posse da terra no Brasil através de uma reforma agrária na Amazônia, disciplinada pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1964). Uma série de órgãos foram criados para fomentar o desenvolvimento da região, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Segundo Ribeiro (1992, p. 174), “o deslocamento das frentes de expansão sobre a Amazônia in-

tensificou-se a partir de 1965, com a abertura da rodovia Belém-Brasília”. No governo Médici, sob o lema “integrar para não entregar”, foi lançado o Programa de Integração Nacional (BRASIL, 1970), com o objetivo de unir a Amazônia ao resto do País. Para alcançá-lo, teve início a abertura de grandes estradas, como a Transamazônica, ligando o Nordeste à Amazônia; a Cuiabá-Santarém, conectando o Centro-Sul do País ao Norte; a Cuiabá-Porto Velho (BR-364), ligando a capital de Mato Grosso à de Rondônia, entre outras. Essa última foi objeto de veementes protestos de Lutzenberger, o qual protagonizou campanha para barrar o envio de verbas do FMI destinadas à sua construção.

Ao contrário do que era divulgado pelos governos militares, no entanto, a região não era despovoada – “terra sem homens” ou “vazio demográfico” – concentrando cerca de 60% da população indígena do País (RIBEIRO, 1992, p. 174). As populações indígenas, assim como seringueiros e ribeirinhos foram duramente atingidas pelos projetos de desenvolvimento fomentados pela ditadura.

No contexto da segunda metade dos anos 1970, ambientalistas brasileiros se engajam contra a devastação provocada por esses megaprojetos. Já nos anos 1980, a Amazônia passa a atrair a atenção de ambientalistas, autoridades e celebridades internacionais, tornando-se um tema de interesse mundial. De acordo com Acker (2014, p. 14), “a Amazônia havia se tornado nos anos 1980 uma área de controvérsias sobre o futuro do planeta, constituída não apenas de riscos ecológicos, mas também de conflitos fundiários e exploração humana, provocando indignação muito além das fronteiras brasileiras”.

Neste artigo, abordamos, por meio da trajetória de José Lutzenberger, as principais lutas empreendidas pelos movimentos ambientalistas brasileiros e de outros países, em defesa da Amazônia, entre as décadas de 1970 e 1990. Utilizamos como fontes documentos diversos do Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL) e do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC).

Aqui, usamos a biografia como método para a história ambiental, no sentido de que são as posições ocupadas e papéis desempenhados por Lut-

zenberger ao longo da vida que guiam nosso olhar. As noções de "ator" e de "agência" são importantes nessa perspectiva, pois valorizam a capacidade de agir e a margem de autonomia dos sujeitos em um contexto social. Lutzenberger era um agente, na medida em que lutava e agia dentro de um campo de interesses. Toda ação é *interessada* e pressupõe um *investimento* a fim de que o agente obtenha o que deseja (BOURDIEU, 2008).

Nosso trabalho tem perseguido as diferentes trilhas percorridas por Lutzenberger, seguindo a pista levantada por Albuquerque Júnior (2007, p. 250), para quem o historiador, em uma biografia, deve ser aquele que "não aponta caminhos únicos, mas descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades". De maneira semelhante, Margadant (2000) defende uma "nova biografia", cujo assunto não deve ser o eu coerente, mas o eu que atua para criar uma impressão de coerência; um indivíduo com múltiplos "eus" cujas distintas manifestações refletem a passagem do tempo, as exigências e opções de diferentes definições, ou as variedades de formas com que os outros procuram representar aquela pessoa. Na nova biografia proposta por Margadant, o "eu" é construído permanentemente pelo sujeito, na mediação cultural com seus contemporâneos, ou seja, o eu coerente não existe.

Da mesma forma, sem procurar coerências, mas possibilidades, Borges (2009) observa que, assim como nós mesmos, nossos personagens são humanos, portanto, sujeitos ao aleatório, ao imprevisível, ao "misterioso da vida". Com sentido similar, Avelar (2011, p. 12) defende a biografia histórica como um *locus* privilegiado de escrita da história, onde seria possível a "revalorização dos atores sociais, alargando nossa compreensão do passado sem tomá-los como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida".

A partir desses referenciais e por meio da análise da militância do personagem Lutzenberger, que transitou por espaços transnacionais, acessamos questões importantes para o entendimento da relação entre humanos e natureza:

percepções, éticas, comportamentos, ideias e práticas (WORSTER, 1991). No caso deste artigo, tais questões se referem à maior floresta do mundo: a contradição entre os megaprojetos nela implantados e a mobilização ambientalista internacional para sua preservação.

De acordo com José Augusto Pádua, realizar uma abordagem histórica das florestas brasileiras é discutir as "relações entre sociedades e florestas" (PÁDUA, 2013, p. 4). Essa abordagem pode ter como fio condutor a trajetória de um personagem que teve atuação destacada na defesa das florestas, em especial, a Amazônia. Integrando um movimento epistemológico e científico global, a história ambiental surge nos anos 1970 pautada em três pilares: na percepção de que a ação humana impacta a natureza, na transformação dos marcos cronológicos sob os quais se fundamenta a compreensão das transformações da terra, e na ideia de que o ambiente está em constante mutação (PÁDUA, 2010).

Sucedendo a multiplicação de movimentos ambientalistas e de um novo paradigma que passou a identificar os avanços de uma crise ambiental global, a história ambiental se desenvolve como uma resposta da historiografia às questões colocadas no presente. Esse campo se detém ao aprofundamento da análise sobre a relação entre humanos e o ambiente, e sobre as percepções que as sociedades criam para representar essa relação.

Diverso em biomas, produções culturais e étnicas, e práticas de incidência sobre o ambiente, o Brasil é um solo fértil para a história ambiental (DRUMMOND, 2002). Nesse sentido, "examinar os processos de influência mútua entre as sociedades e os seus quadros de recursos e condições naturais tem no Brasil um palco cheio de personagens e acontecimentos" (DRUMMOND, 2002, p. 15). Trazer a trajetória de Lutzenberger para o debate histórico incide diretamente na compreensão histórica das relações que diferentes grupos e indivíduos mantiveram com o bioma Amazônia.

Dividimos este artigo em três partes, em que abordamos as principais ações de Lutzenberger e suas respectivas repercussões em contexto nacional e internacional nas três décadas que

compreendem o recorte que adotamos. Inicialmente abordados a inserção do personagem no debate sobre a Amazônia e suas primeiras preocupações com as ações do governo federal para a ocupação desse ambiente na década de 1970. Posteriormente, enfocamos a década de 1980, quando ele alcançou projeção internacional e foi convidado para proferir palestras em diversos países, até entrar em contato com a teoria da Gaia. E, por fim, centramos nossa análise na atuação de Lutzenberger nos anos 1990, quando assume a Secretaria do Meio Ambiente, a convite do então presidente Fernando Collor, e suas principais medidas em prol da floresta e dos povos indígenas. Essa abordagem mostra como tanto a atuação individual de Lutzenberger como as preocupações globais com a Amazônia vão mudando ao longo do tempo, adequando-se aos contextos políticos e econômicos, bem como às percepções mundiais sobre a maior floresta do planeta.

Anos 1970 – primeiras preocupações com incêndios e devastação

Desde o início de sua militância ambientalista, como presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan),⁴ Lutzenberger se manifestou contra a devastação da floresta Amazônica, provocada pelos megaprojetos governamentais e privados, em diversas oportunidades. Em artigo de Evelyn Berg publicado em 1972 no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, consta a preocupação do ambientalista com as grandes estradas na Amazônia:

Para o biólogo, para o naturalista, para todo aquele que ama a natureza, mas também para quem de maneira puramente utilitária se preocupa pelo futuro da raça humana, o que está acontecendo e o que está por acontecer na Amazônia é motivo de profunda tristeza e preocupação. Esta é a última selva mais ou menos intacta do globo e se digo mais ou menos é porque já está bastante depredada. [...] os prognósticos não são dos melhores. Basta ver o que está acontecendo com a Belém-Brasília: em toda a parte há os mesmos fazedores de desertos, a mesma rapina e destruição total. Só que hoje os métodos são mais eficientes: onde antes o homem levava uns 100 anos para

penetrar 100 quilômetros num bosque, hoje o 'bulldozer' faz o trabalho em poucos meses (BERG, 1972, p. 17).

Partindo de uma visão romantizada dos indígenas, considerando a possibilidade de uma natureza intocada, Lutzenberger afirmava que "o índio viveu uns 30.000 anos na Amazônia e está nos entregando tudo aquilo intacto – ele não estragou nada", o estilo de vida "deles poderia continuar indefinidamente". Enquanto isso, "nós", os "anormais", "para estabelecer nosso estilo de vida temos que desfigurar, adulterar, destruir irreversivelmente o que a natureza levou milhões de anos para estabelecer e ajustar em equilíbrio permanente" (BERG, 1972, p. 17).

De fato, "povos indígenas têm tido um registro muito melhor de manutenção dos ecossistemas naturais que os cercam do que outras populações na Amazônia" (ZIMMERMAN; BERNARD, 2005, p. 99). Porém o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2005, p. 125) alerta que "a relação entre as sociedades indígenas e o ambiente amazônico não é a de uma adaptação passiva das primeiras ao segundo, mas a de uma história comum, em que sociedade e ambiente evoluíram em conjunto". Tal constatação, no entanto, não referenda a destruição da Amazônia, muito ao contrário, como aponta Castro a seguir, na mesma página: "o fato de a floresta não ser mais virgem não autoriza ninguém a estuprá-la".

Outro aspecto importante da crítica de Lutzenberger foi a construção de estradas cortando a floresta. Em maio de 1972, Lutzenberger proferiu palestra a empresários no Clube do Comércio de Porto Alegre sobre a destruição do ambiente natural, inserindo a crítica à Rodovia Transamazônica – na época, em plena construção: "A Amazônia é o último pedaço de verde do planeta e a estrada está agora a destruindo. Os índios [...] são os verdadeiros donos da Amazônia, ali vivendo há milhares de anos". Para Lutzenberger, "nós apenas somos mais fortes do que eles, conseguindo assim dominá-los e destruimos sua cultura. Se realmente fossemos superiores a eles, teríamos que respeitá-los" (ESPECIALISTA..., 1972).

⁴ Entidade ambientalista fundada em Porto Alegre, RS, em 27 de abril de 1971. Lutzenberger foi seu presidente, de forma ininterrupta, desde o início, até 1983.

Um acontecimento que mobilizou ambientalistas do Sul do Brasil, entre eles Lutzenberger e Magda Renner (da Associação Democrática Feminina Gaúcha –

ADFG), foi o incêndio ocorrido na fazenda da Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC), em Santana do Araguaia, sul do Pará, de propriedade da multinacional automobilística Volkswagen. Visto do espaço pelo satélite Skylab, foi considerado "o maior incêndio de toda a história do planeta" pelo paisagista Burle Marx (A AMAZÔNIA..., 1976, p. 80). A fazenda da Volkswagen era, na verdade, a principal vitrine da série de projetos incentivados pelos governos brasileiros visando o desenvolvimento da Amazônia, nos anos 1970, que, no entanto, foi acusada de promover devastação da floresta e trabalho escravo (ACKER, 2013, 2014). No episódio do incêndio promovido pela Volkswagen, ambientalistas do Rio Grande do Sul manifestaram-se contrários, por meio de correspondência a seus dirigentes e enviando dossiês sobre o caso a autoridades influentes.

Outro episódio em que Lutzenberger e ambientalistas brasileiros se engajaram foi contra o anúncio, no final do ano de 1978, pelo governo brasileiro, de que implantaria os chamados "contratos de risco" para exploração madeireira na Amazônia. O governo pretendia permitir a exploração da madeira da Amazônia – avaliada no projeto Radam na Amazônia (Radam)⁵ em 90 bilhões de dólares no mercado internacional – e conseguir recursos para pagar a dívida externa do País. Tais contratos tiveram recepção muito negativa na imprensa e entre ambientalistas. O governo recuou, mas, dias depois, voltou a defendê-los.

Em protesto, foi organizado um evento em Manaus. Cerca de cem pessoas se manifestaram, em uma praça central, "contra a exploração da floresta sob a forma de contratos de risco". No entanto, quando elas se preparavam para caminhar pelas ruas da cidade, levando faixas e cartazes, um dele-

gado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) comunicou que a caminhada estava proibida. Com isso, as pessoas resolveram manifestar-se onde estavam, na própria Praça Matriz. Quando cantavam o hino nacional, a polícia dissolveu a manifestação com espancamentos e prendeu participantes, "dois universitários, um pesquisador e um ator amador" (POLÍCIA..., 1978, p. 20).

No início dos anos 1970, a atuação de Lutzenberger em defesa da Amazônia se deu nos bastidores, através de correspondência, bem como à distância, por meio da escrita de artigos, falas em entrevistas e palestras. Sua interferência direta nessa luta ocorreu no final da década de 1970, quando passou a viajar para a região com frequência e participou de filmes e de eventos internacionais sobre a Floresta Amazônica. A passagem de uma militância local para outra com horizontes mais amplos se deu no processo lento de abertura democrática no País, que coincidiu com seu afastamento da Agapan, em 1983.

Anos 1980 – a defesa internacional

Em 1981, o cineasta britânico Adrian Cowell convidou Lutzenberger a participar da série documental *A década da destruição* (Adrian Cowell, Vicente Rios, 1984), que ele estava dirigindo em parceria com o brasileiro Vicente Rios. Tratava-se de uma produção conjunta da Central Television, de Londres, e da Universidade Católica de Goiás (UCG), por meio da equipe do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA-UCG), da qual Rios fazia parte. Lutzenberger narrou o episódio intitulado "Nas Cinzas da Floresta", no qual denunciava o modelo de colonização da Amazônia por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroste).⁶

O principal objetivo do plano era a abertura da rodovia BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho, adentrando as terras dos indígenas *Uru-Eu-Wau-Wau*. Além disso, o plano subsidiava a distribuição

⁵ O Projeto RADAM foi instituído pelo Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, "para executar o levantamento dos recursos naturais" do Brasil. Interessava-se, especialmente, pelo levantamento exploratório dos solos, em âmbito nacional, ao longo dos anos 1970 e 1980, mapeando na escala 1:1.000.000 os solos existentes. Os resultados foram disponibilizados em 34 volumes, cobrindo aproximadamente 91% do território brasileiro (SOARES; SILVA, 2005, p. 10-11).

⁶ Projeto financiado pelo Banco Mundial que tinha como objetivo organizar as migrações para a região. A criação da BR-364 é parte do projeto que foi duramente criticado por conta dos altos níveis de desmatamento e das condições injustas de distribuição de terras para os migrantes, muitos ficando sem acesso à água, sendo considerada um desastre ambiental e social.

de áreas da floresta a colonos sem-terra das outras regiões do País, para que, após o desmatamento, plantassem monocultivos. O plano se revelou desastroso: levou à perda da rica biodiversidade da floresta, motivou conflitos entre os indígenas e os colonos e ampla insatisfação, pois os solos não eram propícios à agricultura – todos esses aspectos foram denunciados nos filmes de Cowell. A série teve grande circulação: no Brasil, foi exibida na Rede Globo, em janeiro de 1984, na TV Cultura e na TV Gazeta em outubro de 1985, e houve sessões com debates em vários estados (em escolas, universidades, sindicatos); no exterior, foi exibida no Japão, no Canadá e em dezesseis países europeus. Houve um bom impacto, principalmente na Europa, onde Lutzenberger foi convidado para sessões comentadas e palestras sobre o assunto, suscitando um debate acirrado sobre a Amazônia (PEREIRA, 2017).

O ambientalista, à medida em que se tornava conhecido por sua militância pela Amazônia, era convidado a palestrar em importantes eventos internacionais em defesa da floresta. Em 1982, foi conferencista no evento "10 anos depois da Conferência de Estocolmo", realizado pelo *United Nations Environment Program* (UNEP), em Nairóbi, focando sua fala no que chamou de "sistemática demolição da Floresta Amazônica" (LUTZENBERGER, 1982, p. 1).

Lutzenberger denunciou a acelerada perda de biodiversidade; segundo ele, tratava-se da devastação de uma paisagem ou ecossistema: "estamos agora no processo de destruição de biomas inteiros" (LUTZENBERGER, 1982, p. 1). No caso dos biomas brasileiros, "essa destruição está sendo feita sistematicamente no nome do 'progresso'. O governo brasileiro, a ditadura militar que se instaurou em 1964, definiu o curso do 'desenvolvimento' a qualquer preço" (LUTZENBERGER, 1982, p. 1). Essa denúncia da responsabilidade dos governos militares era importante, mesmo que o Brasil vivenciasse o período da chamada "abertura democrática".

Lutzenberger forneceu um quadro bem amplo das várias formas que a floresta sofria: "em um extremo temos uma demolição megatecnológica. Ela é feita por grandes multinacionais ou corporações nacionais assim como por poderosos

indivíduos que vão para Amazônia para multiplicar seu capital" (LUTZENBERGER, 1982, p. 2). Entre os empreendimentos instalados, estavam criação de gado, fábricas de papel, monocultivos para celulose. Ele denunciou também as consequências sociais a ribeirinhos, indígenas e seringueiros de monocultivos de árvores, mineração a céu aberto, barragens gigantes, corte de madeira e madeireiras, pesca comercial etc. Em sua visão, essas formas de exploração eram

todas engrenadas para exportação e enriquecimento dos poderosos de fora da região. Não existe preocupação pelas necessidades das populações locais. Eles são arrancados, marginalizados, alienados, ou vão para as favelas ou escapam para ainda mais longe, dentro da floresta, até onde existe floresta (LUTZENBERGER, 1982, p. 2).

Outro evento importante em que Lutzenberger palestrou foi o 3.º *World Wilderness Congress*, organizado pela Findhorn Foundation, na localidade de Findhorn, na Escócia, em 1983. Em sua fala, Lutzenberger (1984) denunciou também os projetos de mineração, como o "Grande Carajás" (maior mina de ferro do mundo, localizada no Pará) e as mega usinas hidrelétricas de Itaipu (Paraná) e Tucuruí (Pará), responsáveis por enormes áreas desmatadas e desterritorialização de grupos indígenas. Mas, para Lutzenberger, talvez o fator de maior destruição socioambiental no País, naquele momento, fosse o modelo de agropecuária praticado: monocultivos de exportação em larga escala, que usavam grande quantidade de agrotóxicos e fertilizantes, ou pecuária bovina extensiva em solos amazônicos. Ambas as atividades concentravam terra, água e riqueza nas mãos de poucos, causando fome e miséria, em especial nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Ponto importante tratado por Lutzenberger em *Findhorn* foi a questão do desenvolvimento econômico, crucial para ele: "o que nós chamamos de desenvolvimento hoje é fundamentalmente incompatível com sobrevivência e justiça social" (LUTZENBERGER, 1984, p. 46). O desenvolvimento, como vinha sendo defendido e implementado pelo mundo ocidental era, segundo Lutzenberger, "um desastre, porque significa usar e consumir natureza, não viver em

harmonia com ela. Nós devemos questionar os dogmas dessa fanática religião que nós vivemos, a religião do progresso e da tecnocracia" (1984, p. 46).

A fala de Lutzenberger teve grande aceitação em Findhorn, onde uma comunidade alternativa se instalara em 1962, criada pelo casal Peter e Eileen Caddy e por Dorothy Maclean. Inicialmente, os três buscaram isolar-se para encontrar um "caminho espiritual". Plantaram uma horta no local, a qual começou a chamar a atenção de pessoas que passaram a visitá-los e, nos anos 1970, a comunidade se estruturou no formato de uma ecovila.⁷

A *Findhorn Foundation* convidou-o a palestrar novamente no ano seguinte, ocasião em que falou sobre a "economia gaiana", no evento "The New Economic Agenda" (outubro de 1984). Lutzenberger entrou em contato com a teoria de Gaia a partir da leitura do livro de James Lovelock (*Gaia: a new look at life on earth*, edição de sua biblioteca, no original em inglês, de 1979), em 1981. Essa foi uma das obras que mais influenciou sua militância: ao considerar a Terra como um ser vivo permeado por redes de interdependências, a teoria de Gaia, formulada por Lovelock em parceria com Lynn Margulis, veio ao encontro de suas concepções holísticas de ecologia (LUTZENBERGER, 1990). Em seu primeiro livro, *o Manifesto Ecológico Brasileiro*, Lutzenberger (1980, p. 12) afirmava: "tudo está ligado com tudo".

A teoria de Gaia possui tanto uma dimensão científica quanto ética. No plano científico, Lovelock (2010, p. 56) situa a Geofisiologia como "a disciplina da teoria de Gaia, [que] vê os organismos da Terra evoluindo por meio da seleção natural darwiniana num ambiente que é produto de seus ancestrais, e não simplesmente uma consequência da história geológica da Terra". Segundo essa área de estudo,

o oxigênio da atmosfera é quase integralmente o produto dos organismos fotossintéticos, e sem ele não haveria animais nem invertebrados, nem queimariamos combustíveis, lançando dióxido de carbono no ar [...], os organismos adaptam-se não ao mundo estático [...], mas a

um mundo dinâmico construído pelos próprios organismos (LOVELOCK, 2010, p. 56).

A ideia da terra como um "superorganismo" vem do geólogo James Hutton, que usou o termo já em 1785 (PEPPER, 2000, p. 39). Esse (super) organismo vivo é composto de partes inter-relacionadas – todas essas "partes ajudam a regular e harmonizar o planeta, através de mecanismos de *feedback*, sustentando, assim, a vida como a conhecemos". A terra, segundo a teoria de Gaia, é autopoietica, ou seja, é autorrenovável, no sentido de que pode reparar o seu próprio "corpo" e crescer, processando os materiais.

Essa percepção holística do planeta foi muito bem-recebida por Lutzenberger (e por muitos outros ambientalistas pelo mundo), pois possuía afinidade com visões holísticas que ele defendia anteriormente, como a Ética da Terra, de Aldo Leopold, a Ecologia Profunda, proposta por Arne Naess, e a Panbiogeografia, disciplina que o influenciou a partir do diálogo com León Croizat. Esse holismo da teoria de Gaia leva a uma perspectiva ética ecocêntrica, no sentido de que os humanos são apenas mais uma das formas de vida a compartilhar o planeta, e que todos os seres humanos e não humanos são importantes e merecem viver. Essa perspectiva também possui afinidade com a "Ética da reverência pela vida", de Albert Schweitzer, citada inúmeras vezes por Lutzenberger.⁸

Por meio da série de Cowell e dos eventos em Findhorn, Lutzenberger se tornou conhecido entre ambientalistas europeus. Com essa visibilidade, foi convidado a participar de duas novas fundações europeias, a *Gaia Foundation* (1984) e a *Foundation for Gaia*, ambas criadas no Reino Unido (1985). Os nomes das fundações mostram que não só Lutzenberger, mas também um grupo de ambientalistas europeus também fora bastante impactado com a teoria de Lovelock e Margulis. Essas entidades atuaram principalmente angariando fundos para projetos de conservação ambiental. O próprio Lutzenberger foi um dos beneficiados, por sua militância em defesa da Amazônia, recebendo

⁷ FINDHORN FOUNDATION (Scotland). *About the Findhorn Foundation*. 1972. Disponível em: <https://www.findhorn.org/about-us/>. Acesso em: 9 jun. 2019.

⁸ Sobre as influências de obras e autores citados nesse parágrafo e outros mais na concepção ética de Lutzenberger, ver Pereira (2019).

ajuda financeira para pagar os salários de uma secretária entre 1988 e 1990 (PEREIRA; FRITZ, 2019).

Em outubro de 1986, o ambientalista proferiu fala a convite da Sociedade Schumacher, em Bristol, Inglaterra, intitulada "As florestas são fontes de vida". Ernst Schumacher era uma referência importante para ele na área da economia ecológica, seu livro *Small is beautiful* também fora citado no *Manifesto Ecológico Brasileiro*. Na palestra, Lutzenberger afirmou que a exploração não só da Amazônia, mas de todas as outras florestas tropicais do mundo era "o exemplo mais flagrante de que a moderna sociedade industrial deu errado, de como ela se colocou em um curso suicida" (LUTZENBERGER, 1986, p. 1).

Contou que uma semana antes vira imagens de satélite na Nasa, no Centro de Voo Espacial Goddard, em Washington, que mostravam dados alarmantes sobre o estado de Rondônia: uma perda florestal de 11,3%, em relação à cobertura original. Ele se preocupava, pois essa realidade em breve ocorreria também no Acre, Roraima e Amapá. O Amazonas ainda estava "mais ou menos intacto, mas a construção de rodovias – como testemunhei lá duas semanas atrás – está indo a todo vapor" (LUTZENBERGER, 1986, p. 1).

Apesar disso, "nenhuma medida eficiente para a proteção dos territórios indígenas, para a proteção dos outros moradores da floresta, como os seringueiros e outros coletores, ou para a proteção do meio ambiente foi tomada" (LUTZENBERGER, 1986, p. 2). Em uma forte denúncia aos órgãos financiadores dessas obras, provenientes dos países ricos, Lutzenberger afirmou: "Os mesmos erros que foram cometidos no estado de Rondônia, estão agora sendo repetidos no Acre, e tudo isso está sendo financiado por vocês, com o dinheiro de vocês – através do Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento" (LUTZENBERGER, 1986, p. 2).

Argumento importante tecido por Lutzenberger foi a relação entre desmatamento e alteração

climática global. Em suas palavras, "se a floresta tropical for destruída [...], isso certamente significará uma séria mudança climática no mundo, e mesmo pequenas mudanças de clima podem ter consequências muito, muito sérias para a humanidade e para a civilização" (LUTZENBERGER, 1986, p. 4).

Em 1988, em conferência organizada pela rede de organizações ambientalistas *Friends of the Earth*, em seu seminário ativista, no Reino Unido, Lutzenberger focou na relação entre a floresta tropical e o seu clima, e os perigos do esgotamento da floresta para o clima tanto lá quanto em outros lugares. Mencionou que havia assistido dois eventos importantes sobre o clima mundial naquele ano, no Canadá e na Alemanha: a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, entre 27 e 30 de junho, e o *World Congress on Climate and Development Hamburg*, em novembro (LUTZENBERGER, 1988a).

Ainda nesse mesmo evento, ressaltou a importância da Amazônia para a regulação do clima mundial. Segundo ele, a floresta seria "uma máquina de calor colossal [...] uma esponja que suga energia, absorve, usa e recicla isso" (LUTZENBERGER, 1988a, p. 4-5). Citando as pesquisas pioneiras de Eneas Salati,⁹ explicou o funcionamento do que atualmente são os denominados "rios voadores":¹⁰ a gigantesca evaporação da água das chuvas na Amazônia, que é reciclada entre 5 e 7 vezes e alimenta rios e novas chuvas ao sul e norte. Em suas palavras, "o professor Salati calculou que a energia envolvida é o equivalente a várias dezenas de milhares de bombas atômicas por dia; uma quantidade incrível de energia" (LUTZENBERGER, 1988a, p. 6). Lutzenberger denunciou que todo esse sistema era ameaçado pelo desmatamento crescente: "ano passado 210 000 quilômetros quadrados foram destruídos. [E comparando com o país onde falava, para mostrar a gravidade da situação:] O Reino Unido tem 250 000 quilômetros quadrados" (LUTZENBERGER, 1988a, p. 6). Se a devastação se mantivesse nesse ritmo, haveria o risco do colapso da floresta.

⁹ Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" – USP (1955) e Doutor em Agronomia (1957), foi livre-docente da cadeira de Física e Meteorologia (1960) e professor titular (1975). Foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano do Desenvolvimento. Foi o principal pesquisador responsável pela descrição do ciclo da água da Amazônia brasileira – base para o conhecimento hidrológico da região.

¹⁰ Termo cunhado por José Antonio Marengo Orsini, em 2005 (BICUDO, 2005).

Lutzenberger gostava muito de usar metáforas e analogias em suas palestras, era um recurso retórico que visava sensibilizar suas plateias. Na conferência em Londres, teceu a seguinte analogia:

[...] supondo que eu esteja dirigindo no meio da noite em alta velocidade em uma super rodovia. Eu sei que tem um precipício em algum lugar, mas não sei o quão longe ele está. Eu deveria continuar acelerando na suposição de que ele ainda está muito longe? Eu espero que vocês digam que não, ainda assim é isso que estamos fazendo hoje. Sabemos que o precipício está lá, mas ainda estamos acelerando. Quando encontrarmos o precipício será tarde demais (LUTZENBERGER, 1988a, p. 8).

Para o ambientalista, a humanidade agia tal qual esse motorista: sabia que seu modo de vida estava levando a um ponto fatal – o precipício –, no entanto, preferia continuar em uma "corrida suicida" a mudar seus hábitos consumistas. Ele afirmou ter chegado à conclusão "[...] que as pessoas no poder, os tecnocratas e políticos, não ouvirão o tipo de argumento que eu estou apresentando a vocês. Para eles as pessoas que protestam contra a destruição são humanos inferiores, não estão no caminho do progresso" (LUTZENBERGER, 1988a, p. 8). Por isso, preferia apelar diretamente às pessoas dos países mais ricos:

eu decidi apelar principalmente para as pessoas do Primeiro Mundo [...]. Então devemos agir, e a ação deve vir primeiro de vocês do chamado Primeiro Mundo. Vocês, pessoas que já estão preocupados podem fazer algo para trazer mais consciência (LUTZENBERGER, 1988a, p. 9).

Essa fala demonstra uma descrença profunda nos políticos e técnicos; na visão de Lutzenberger, eles estavam apenas preocupados com a manutenção no poder. Para isso, apoiavam-se nos valores ético-filosóficos antropocêntricos dominantes, o que era um equívoco, para Lutzenberger:

É a nossa atual filosofia que está errada. Nós temos, o que eu chamaria de uma ética limitada e exclusiva [...]. Então o que precisamos é de uma nova ética, a ética de Gaia. Devemos aprender que a terra é um organismo vivo. E que nós humanos existimos dentro desse enorme organismo vivo. O problema surge aqui, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e em todas as áreas industrializadas ao redor do mundo. [...]. Somos nós, as pessoas da sociedade de consumo, que são o problema. É a nossa filosofia, nosso modo

de olhar o mundo. Devemos retornar para uma visão totalmente inclusiva, holística do mundo (LUTZENBERGER, 1988a, p. 11).

Nessa fala, podemos perceber o quanto Lutzenberger fora impactado pela teoria de Gaia, de James Lovelock e Lynn Margulis. O trato com a floresta Amazônica era, segundo ele, em seu âmago, um problema filosófico: era a ética antropocêntrica que impedia a compreensão de que toda a vida estaria interligada em Gaia. Além disso, apontava a responsabilidade maior da devastação ambiental para os países desenvolvidos, que, com seu consumismo, embasado nessa ética equivocada, causavam os maiores danos ao planeta como um todo.

Nesse mesmo ano, 1988, a militância em defesa da Amazônia e de uma nova ética ecológica fez com que Lutzenberger recebesse um importante prêmio, o *The Right Livelihood*, na Suécia. No discurso de aceitação, ele ressaltou a importância da luta pela floresta e cobrava medidas efetivas do governo brasileiro para garantir sua proteção. Para ele, não bastava garantir "reservas biológicas ou bancos genéticos", como se fossem "pequenas ilhas de floresta, deixadas intactas, mas rodeadas por mares de devastação" (LUTZENBERGER, 1988b). Isso permitiria que a maior parte da Amazônia fosse explorada. Criticava essa atitude como mais uma manifestação da ética antropocêntrica, "uma confissão de que algo está profundamente errado com a nossa civilização" (LUTZENBERGER, 1988b).

É importante situar esse discurso no contexto do final da década de 1980, em que a Amazônia é tema de preocupação global, tem início a discussão científica sobre as mudanças climáticas e o papel das florestas na regulação do clima mundial, e a teoria de Gaia ganha repercussão entre ambientalistas, como compreensão científica, mas também ética do mundo. Lutzenberger, como agente engajado na defesa da floresta e de Gaia, ganha destaque, principalmente no Norte global, e o prêmio é o merecido reconhecimento por sua atuação, que coloca em evidência tanto o premiado como, ao mesmo tempo, a própria floresta, alertando que precisa de toda a defesa possível.

O reconhecimento internacional de Lutzenberger com o recebimento do prêmio fez com que se tornasse mais conhecido em seu país de origem, além dos círculos ambientalistas das regiões Sul e Sudeste. Ele foi tema de reportagens em jornais, entrevistas e participou de uma edição do programa de TV *Globo Repórter*, de grande audiência. Essa visibilidade fez com que fosse convidado a participar no governo Fernando Collor, como Secretário Nacional do Meio Ambiente (com *status* de ministro). Lutzenberger aceitou e ocupou o cargo entre março de 1990 e março de 1992.

Anos 1990 – um secretário pela Amazônia

Desde as primeiras declarações como Secretário, Lutzenberger afirmou que sua prioridade era a Amazônia e que iria lutar contra a concessão de subsídios para fazendas na região, bem como pela demarcação de terras indígenas. Em diversas vezes, ele mencionou que a decisão não fora fácil e que o aceite representava um sacrifício pessoal e uma missão que não poderia recusar. Financeiramente, afirmava, teria prejuízos, já que dedicaria menos tempo à sua empresa, mas "não poderia ficar ausente dessa missão histórica" (LUTZENBERGER, 1990, p. 14).

A comunidade internacional acolheu muito bem a nomeação de Lutzenberger, visto que já era reconhecido como um dos principais atores na luta pela preservação da Amazônia. O Brasil dispunha de uma imagem ambiental bastante negativa no exterior, principalmente em relação à Amazônia, e a escolha do Secretário levou à crença, que o próprio Lutzenberger compartilhava, de que o novo presidente buscava reverter esse quadro. Em maio de 1991, ocorreu em Bergen, na Noruega, a conferência *Action for a Common Future*, quando o principal assunto tratado foi o aquecimento global. Lutzenberger participou, chamando atenção para as florestas tropicais. Em sua declaração nesse evento, Lutzenberger revela o que esperava para a preservação da Amazônia no novo governo:

No Brasil, temos agora um novo administrador. Temos um novo Presidente, um jovem Presidente, Sr. Collor, o primeiro Presidente eleito pela população depois de quase três décadas. O Presidente Collor quer transformar o Brasil num país sério. Ele está profundamente preocupado com essas questões. É por isso que ele me escolheu como Secretário do Meio Ambiente. E queremos preservar a Amazônia. Ele quer salvá-la. E precisamos da ajuda de todo o planeta para isso. Já tomamos ações bastante positivas. Primeiro, os subsídios e os paraísos fiscais que estiveram na base da maior parte da devastação, como subsídios para grandes fazendas de gado, foram abolidos. Nesse momento estamos tirando os mineradores da região dos lanomâmis; aproximadamente 30% deles já estão fora e esperamos que dentro dos próximos três ou quatro meses terminaremos o trabalho. Não continuaremos, pelo menos sobre as mesmas circunstâncias, a BR 364 do Acre a um porto no Pacífico. Isso abriria a Amazônia aos interesses madeireiros da Ásia, e toda nova rodovia aberta na floresta automaticamente dá espaço à devastação. Nós vamos agora, na estação seca que está por vir, duplicar ou triplicar os esforços para combater incêndios. A Força Armada Brasileira prometeu seu apoio total para nosso trabalho. Acabamos de começar uma nova pesquisa de toda a informação que temos da Amazônia e faremos um novo zoneamento e decidiremos que tipo de desenvolvimento é possível e qual não é possível (LUTZENBERGER, 1991, f. 3-4).

O combate ao desmatamento na Amazônia, traduzido por essas ações que Lutzenberger apresentava, realmente obteve uma avanço durante o período Collor, ainda que não tenha alcançado os 8 mil km² de área de devastação que o Secretário esperava para o ano de 1991, quando afirmou que: "agora a tendência é descendente e não ascendente. Não estou dizendo que o problema está resolvido. Mas hoje estou convencido de que vamos salvar 80% da Amazônia" (PARA LUTZENBERGER, 1991). Em 1991, a taxa média de desmatamento na Amazônia Legal foi de 11.130 km², como mostra o Levantamento da Extensão do Desflorestamento Bruto na Amazônia Legal, divulgado pelo Prodes,¹¹ do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1996.

¹¹ O Projeto Prodes existe desde 1988 e realiza o monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal através de imagem de satélites. Os resultados têm como finalidade auxiliar o estabelecimento de políticas públicas pelo governo. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso: em 26 mar. 2020.

TABELA 1 – Projeto Prodes entre 1978 e 1997

Tabela 2 - Taxa média do desflorestamento bruto (km² / ano) de 1978 a 1997.
Table 2 - Mean rate of gross deforestation (km² / year) from 1978 to 1997.

Estados da Amazônia Amazon States	77/88*	88/89	89/90	90/91	91/92	92/94**	94/95	95/96	96/97
ACRE	620	540	550	380	400	482	1208	433	358
AMAPÁ	60	130	250	410	36	-	9	-	18
AMAZONAS	1510	1180	520	980	799	370	2114	1023	589
MARANHÃO	2450	1420	1100	670	1135	372	1745	1061	409
MATO GROSSO	5140	5960	4020	2840	4674	6220	10391	6543	5271
PARÁ	6990	5750	4890	3780	3787	4284	7845	6135	4139
RONDÔNIA	2340	1430	1670	1110	2265	2595	4730	2432	1986
RORAIMA	290	630	150	420	281	240	220	214	184
TOCANTINS	1650	730	580	440	409	333	797	320	273
AMAZÔNIA	21130	17860	13810	11130	13786	14896	29059	18161	13227

Fonte: PRODES. Levantamento da extensão do Desflorestamento Bruto na Amazônia Legal. São José dos Campos, 1996, p. 60.

A análise da Tabela 1 demonstra que as ações listadas pelo Secretário no evento da Noruega surtiram resultados efetivos. O desmatamento da Amazônia realmente diminuiu. A demarcação da Terra Indígena (TI) *Yanomami* também foi uma dessas ações – quando Lutzenberger assumiu o cargo esse era um dos problemas mais urgentes a serem enfrentados. A invasão garimpeira na região, que se intensificou a partir dos anos 1980, estava dizimando a população *Yanomami* por conta de epidemias, conflitos e desestruturação social. No entanto, a homologação da TI de 9.419.108 hectares recebia muitas críticas por ser considerada grande demais e, portanto, uma ameaça à soberania nacional – posição sustentada especialmente pelos militares (PEREIRA; SÁ, 2020).

Lutzenberger defendeu de forma árdua a homologação do território integralmente, sem dividi-lo em várias “ilhas”, como o então presidente José Sarney havia decretado em 1989 e 1990.¹² No Dia do

Índio de 1991, Collor anunciou a anulação das florestas nacionais e reservas garimpeiras instituídas pelo governo anterior, como um passo importante em direção à conquista da TI Yanomami. O ato foi percebido como uma vitória de Lutzenberger (DECRETO, 1991, p. 12). O passo seguinte, a demarcação, ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano.

Apesar de a homologação ter ocorrido após a saída de Lutzenberger do governo, em 25 de maio de 1992, essa foi uma de suas maiores vitórias, porque está ligada a uma das primeiras bandeiras levantadas por ele ao assumir o cargo: a reorientação do Projeto Calha Norte, um programa de desenvolvimento das Forças Armadas para ocupação de “vazios populacionais” na fronteira amazônica. Esses “vazios”, no entanto, eram áreas como a TI Yanomami e que permitia, por exemplo, a construção de pistas de pouso, como a de Surucucu, em Roraima, que eram utilizadas pelos garimpeiros.

¹² No final de seu governo, Sarney assinou o Decreto n.º 97.887/1989, instituindo o Parque Nacional Monte Roraima, ocupando 116.000 hectares na região Yanomami, e os Decretos n.º 98.959 e n.º 98.960, de 16 de fevereiro de 1990, criando as reservas garimpeiras de Uraicoera e Catrimani Couto Magalhães, em Roraima, dentro da Floresta Nacional de Roraima. Esses textos legais resultaram na perda de direito dos indígenas sobre 75% de seu território.

A aceitação internacional constituiu ponto-chave na atuação de Lutzenberger como Secretário, porque, para conseguir pressionar o governo, ele constantemente jogava com a pressão política externa, comentando sobre a realidade brasileira nas palestras e eventos que participava no exterior. Simultaneamente, essa abordagem foi uma de suas principais ferramentas e alvo das mais recorrentes críticas, como a proferida em 1991 pelo senador Oziel Carneiro (PDS-Pará) que apontava que em 149 dias de atuação, Lutzenberger havia viajado 18 vezes para o exterior: "como o secretário pode cuidar de preservar a floresta e utilizá-la em benefício da população brasileira, se vive no exterior fazendo ou ouvindo conferências em que o grande vilão é sempre o Brasil, a sua sociedade e principalmente nós, os amazônidas?" (SENADOR, 1991, p. 14).

O diálogo entre os chamados primeiro e terceiro mundo era constantemente reiterado por Lutzenberger, muitas vezes, na forma de um apelo à ajuda dos países mais ricos, na esfera financeira e, também, na fiscalização desses recursos. Ele já vinha denunciando o papel dos organismos multilaterais na devastação da Amazônia, mas nesse período ganha destaque o papel da dívida externa. Porto-Gonçalves, em seu livro *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização* (2017), atenta para o fato de que a dívida externa se transforma em uma dívida ecológica, durante a fase que chama de Globalização Neoliberal, marcada pelo caráter técnico-científico-informacional. Essa dívida ecológica é a que os países dominantes contraem com os países dominados, na medida em que dependem de seus recursos a baixos preços, resultando em devastação ambiental. Nos anos 1990, foi colocada em pauta a questão da troca da dívida por proteção da natureza:

À época, os críticos dessa proposta propunham que houvesse uma auditoria ambiental da própria dívida externa, para o quê o caso brasileiro se tornava emblemático. Afinal, grande parte da devastação que se produziu sobre a Amazônia, por exemplo, se fez com o aval e financiamento do Banco Mundial (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 374).

A conversão da dívida em projetos de conservação da floresta Amazônica foi considerada algumas vezes por Lutzenberger. Em sua visão, a questão foi mal entendida pelo governo Sarney, que na época interpretou isso como uma intromissão nos assuntos brasileiros. Em conversas sobre o assunto com a Comissão Europeia, Lutzenberger afirmou que a conversão era viável devido à mudança da política ambiental do governo Collor. Em suas palavras: "hoje existe vontade política" (BRASIL, 1990, p. 9).

No entanto, a vinda de recursos para projetos era também ponto de aflição para Lutzenberger, expressando o receio de que a corrupção dentro do governo desviasse o dinheiro dos projetos. As expectativas iniciais quanto ao novo governo logo foram se mesclando com os problemas que Lutzenberger começou a enfrentar, e sua inapetência para as questões políticas, principalmente burocráticas, foi ficando cada vez mais marcada. Em março de 1992 em uma reunião em Nova Iorque, Lutzenberger fez algumas falas onde denunciou a corrupção no Ibama, órgão esse que estava ligado à sua própria Secretaria:

Dentro do Ibama, coisa que descobri agora, depois que eu mandei a Tânia¹³ embora, o departamento que cuida de florestas e madeira é uma sucursal 100% das madeireiras, entregava pilhas de guias em branco, fazia exatamente o que o madeireiro quer. [...] Não sei até que ponto é burrice, limitação de espírito, e até que ponto é sacanagem mesmo, é corrupção. (IBAMA, 1992, p. 1).

A acusação foi feita em um período especialmente crítico, estava ocorrendo a organização para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio-92. A Conferência é de grande importância para entender a questão ambiental no período. O Brasil, como dito anteriormente, não contava com uma imagem de proteção ambiental positiva no exterior, o final dos anos 1980 e os 1990 representam o desenvolvimento do que Paulo Fernando Lago (1991) chama de "ecologização da sociedade". Ocorre uma intensificação das preocupações ambientais por parte da sociedade civil como um todo, não apenas na esfera acadêmica.

O debate referente às mudanças climáticas,

¹³ Tânia Maria Tonelli Munhoz foi presidente do Ibama, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo, de maio de 1990 a outubro de 1991.

principalmente, entre outras questões, levava quase que inevitavelmente a um ponto em comum: a Amazônia – o valor da preservação dessa floresta se exaltou e, o Brasil, como o país com a maior parte desse bioma, foi colocado nos holofotes. A Rio-92 representa esse momento, em que as atenções internacionais se voltam para o Brasil, um país chamado na época de “terceiro mundo”, que apresenta a missão de conciliar a preservação da floresta Amazônica e o seu próprio desenvolvimento, dando continuidade ao debate iniciado pelo relatório Brundtland de 1987 sobre o desenvolvimento sustentável.

Não é difícil perceber a importância de uma figura como Lutzenberger nesse cenário, um ambientalista reconhecido internacionalmente, que tinha a luta pela preservação da Amazônia como uma de suas principais frentes, sempre chamando atenção para os perigos do desenvolvimento desenfreado e que fazia parte do governo brasileiro durante a organização de uma das maiores conferências internacionais a tratar justamente de meio ambiente e de desenvolvimento. No entanto, Lutzenberger deixou o cargo antes da Rio-92. Sua trajetória secretarial desde o começo foi marcada pelas ambiguidades. Sendo uma figura isolada dentro do governo, ficou ainda mais desestabilizada depois das acusações de corrupção no exterior, agindo “ao mesmo tempo como governo e líder ambientalista” (BIRD, 1992).

Em março de 1992 Lutzenberger foi demitido, sendo substituído pelo então ministro da educação, José Goldemberg. Fora do cargo, não participou diretamente da Rio-92, mas sim da conferência paralela que aconteceu no Aterro do Flamengo voltada para organizações não governamentais (ONGs). A sua luta pela Amazônia continuou através de seu papel como ambientalista, mas nos anos 1990 ficou mais focada nos trabalhos por meio da Fundação Gaia, criada por ele em Pantano Grande, RS, que visava à agricultura regenerativa e às tecnologias brandas, e das suas duas empresas, Vida e Tecnologia Convivial.

As desilusões desse período certamente impactaram a visão de Lutzenberger dali por diante, no entanto, isso não o impediu, em 1997, de assinar

um contrato com o governo do Amazonas através da Fundação Gaia, para prestar serviços de consultoria ambiental ao governador Amazonino Mendes (PDT) (FUNDAÇÃO GAIA, 03/04/1997, APJL). O contrato se manteve até janeiro de 1999, quando Lutzenberger deixou definitivamente de trabalhar para o poder público, voltando a focar nas causas ambientais, nos seus últimos anos de vida.

Considerações finais

A trajetória de José Lutzenberger é o fio condutor que o liga a um contexto mais amplo, indissociável da emergência do movimento ambientalista no Brasil, e interligado à expansão do ambientalismo mundial. Além de ajudar a criar associações conhecidas nacional e internacionalmente pelo trabalho em prol do meio ambiente, Lutzenberger aprofundou o debate público através de estudos, entrevistas, conferências e artigos veiculados em diferentes veículos de comunicação.

Essa atuação individual, coordenada com movimentos ambientalistas, vai se modificando, conforme os desdobramentos nacionais e internacionais. Lutzenberger contribuiu como voz de denúncia na mídia, a órgãos internacionais e no próprio governo brasileiro, manifestando-se contrário aos órgãos e políticas de reforma agrária na Amazônia, durante a ditadura civil-militar; contra o financiamento internacional de megaprojetos danosos aos indígenas e à floresta, nos anos 1980; e voz dissonante quando Secretário de Meio Ambiente do governo Collor. Realizou diversas viagens à Amazônia, buscando conhecer de perto a realidade e articulou internacionalmente uma agenda de defesa da floresta, expondo suas constatações em palestras e conferências.

Nos anos 1990, sua projeção nacional e internacional levou Fernando Collor a convidá-lo para assumir a pasta do Meio Ambiente. Assim, contribuindo não apenas para mudar a imagem do País no exterior, Lutzenberger influenciou uma série de medidas do governo quanto à demarcação de terras indígenas e à redução do desmatamento.

Trata-se de uma atuação ambientalista em âmbito global, em consonância às preocupações ambientais internacionais daquele contexto. Lut-

zenberger protagonizou uma militância destacada tanto no Brasil quanto no exterior, porque suas considerações estavam afinadas com os maiores dilemas daquele momento: a percepção de que a devastação da Amazônia, as mudanças no clima, a destruição da camada de ozônio e a dificuldade de conciliação entre desenvolvimento e proteção da natureza eram problemas transfronteiriços, que atingiam a todos os países.

A divulgação da teoria de Gaia proporcionou a Lutzenberger trânsito global, dialogando com ambientalistas e políticos em âmbito internacional. A partir dos fundamentos dessa teoria, ele pode defender a necessidade urgente de preservação da Amazônia, entendida como parte importantíssima e inter-relacionada ao todo maior: o superorganismo Terra-Gaia.

Reconstruir de forma analítica a trajetória de indivíduos do passado contribui para a compreensão de uma rede ampla de relações possibilitadas pelo seu contexto social. A atuação de Lutzenberger se metamorfoseou e se adaptou às possibilidades de cada contexto, contribuindo para a visibilidade dessas questões em âmbito global, e delineando nossa percepção da grande floresta, em parte, como nós temos ainda hoje.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Agradecemos à agência pelo financiamento de nosso projeto e pelas bolsas de Iniciação Científica e Técnica que deram suporte à pesquisa.

Referências

A AMAZÔNIA devastada. *Veja*, São Paulo, 07 jul. 1976. (APJL).

ACKER, Antoine. Trabalho forçado na fazenda da Volks: Crônica de um escândalo amazônico na Alemanha. *HENDU – Revista Latino americana de Derechos Humanos*, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 57-69, 2013. <https://doi.org/10.18542/hendu.v4i1.1715>.

ACKER, Antoine. O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000200002>.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p. 247-254.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como possibilidade de escrita da história. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, USP*, São Paulo, julho 2011.

BERG, Evelyn. *Correio do Povo*, 30/01/1972, p. 17 (MCSHJC).

BICUDO, Francisco. O mapa dos ventos. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, Edição 114, 2005. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2005/08/01/o-mapa-dos-ventos>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BIRD ameaça cortar ajuda de US\$ 117 mi. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 03/03/1992 (APJL).

BORGES, Vavy Pacheco. O "eu" e o "outro" na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia, MARSON, Izabel e BREPOHL, Marion (org.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 225-238.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei Nr. 1.106. Cria o Programa de Integração Nacional. 16/06/1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL diz "sim" à Europa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1990, p. 9 (APJL).

CASTRO, Eduardo Viveiros. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, UFSM, n. 31, jul./ dez. 2005.

DECRETO dá vitória para Lutzenberger. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19/04/1991, p. 12 (APJL).

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 26, p. 13-32, 2002.

ESPECIALISTA alerta empresários da destruição do ambiente natural. *Boletim Semanal*, Porto Alegre, 15/05/1972, capa (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. Release: ecologista José Lutzenberger assina contrato de consultoria ambiental com o Governo do Amazonas. 03/04/1997 (APJL).

IBAMA é acusado de servir a madeiras. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18/03/1992, p. 1 (APJL).

INPE. Observação da Terra. PRODES-Amazônia. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 26 mar. 2020.

LAGO, Paulo Fernando. *A consciência ecológica: a luta pelo futuro*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1991.

LOVELOCK, James. *Gaia: alerta final*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

LUTZENBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, Editora da UFRGS, 1980.

LUTZENBERGER, José. *Address to the NGO Symposium on the Environment in the Future*. UNEP – United Nations Environment Program – Session of special character – 10 years of Stockholm Conference. Nairobi, Quênia, 03 de maio de 1982 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Brazilian wilderness: A problem or a model for the world? In: MARTIN, Vance, INGLIS, Mary. *Wilderness: The Way Ahead*. Scotland and USA: The Findhorn Press, 1984. p. 38-46.

LUTZENBERGER, José. *Forest are a source of life*. Palestra para a Sociedade Schumacher. Bristol, Inglaterra, outubro de 1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *The climatic effects of the destruction of the rainforests*. Presentation in Friends of the Earth Tropical Rainforest Campaign. Activist Seminar, 4 december, 1988a (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Discurso de aceitação do The Right Livelihood Award*. Original datilografado, 1988b, 4 folhas (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Gaia: O planeta vivo*. Porto Alegre: L&PM, 1990.

LUTZENBERGER, José. Discurso na Conferência Action for a Common Future. Noruega, Maio de 1991 (APJL).

LUTZENBERGER. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 mar. 1990, p. 14. (APJL).

MARGADANT, Jo Burr. *The New Biography: Performing Femininity in Nineteenth-Century France*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2000.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>.

PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na Construção Histórica do Território Brasileiro. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, Natal, 2013. Anais... p.01-12.

PÁDUA, José Augusto. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 232-251, 2015. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0002>.

PARA LUTZENBERGER, Amazônia será salva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12/11/1991 (APJL).

PEPPER, David. *Ambientalismo moderno*. Lisboa: Editora Piaget, 2000.

PEREIRA, Elenita Malta. A década da destruição da Amazônia: José Lutzenberger e a contrarreforma agrária em Rondônia (anos 1980). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 26-37, jan./abr. 2017. <https://doi.org/10.4013/htu.2017.211.03>.

PEREIRA, Elenita Malta. A construção da ética do convívio ecossustentável pelo ambientalista José Lutzenberger (1971-2002). *Tempo & Argumento*, [S. l.], v. 11, n. 26, p. 7-43, jan./abr. 2019. <https://doi.org/10.5965/2175180311262019007>.

PEREIRA, Elenita Malta; FRITZ, Sara da Rocha. José Lutzenberger e a divulgação da Teoria de Gaia no plano internacional (década de 1980): leituras a partir de seu acervo privado. *Revista de Fontes*, [S. l.], n. 11, p. 29-45, 2019. <https://doi.org/10.34024/fontes.2019.v6.9713>.

PEREIRA, Elenita Malta; SÁ, Débora Nunes de. A demarcação da Terra Indígena Yanomami na imprensa brasileira e internacional (1990-1992). Capítulo de livro No prelo. 2020.

POLÍCIA dissolve protesto contra contratos de risco na Amazônia e prende cinco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31/12/1978, p. 20 (APJL).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PRODES. Levantamento da extensão do Desflorestamento Bruto na Amazônia Legal. São José dos Campos: [s. n.], 1996.

RIBEIRO, Berta. *Amazônia Urgente*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1992.

SENADOR critica viagens. *Correio dos Estados e Municípios*, Novembro/1991, p. 14 (APJL).

SOARES, Amarindo Fausto; SILVA, Joao dos Santos Vila da. *Uniformização da legenda de solos do Brasil ao milionésimo*. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, Março/2005. 32 p. (Documentos Embrapa Informática Agropecuária; 49).

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

ZIMMERMAN, Barbara; BERNARD, Enrico. Alianças conservacionistas com sociedades indígenas na Amazônia brasileira. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 31, jul./ dez. 2005.

Elenita Malta Pereira

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; professora de História na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava, PR, Brasil.

Denis Henrique Fiuza

Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC, Brasil. Bolsista Técnico CNPq.

Sara Rocha Fritz

Graduanda em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC, Brasil. Bolsista de IC CNPq.

Endereço para correspondência

Elenita Malta Pereira

Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) -
Campus Santa Cruz

Rua Salvatore Renna, 875, Prédio G

Santa Cruz, 85015430

Guarapuava, PR, Brasil

Denis Henrique Fiuza/ Sara Rocha Fritz

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n

Trindade, 88040-900

Florianópolis, SC, Brasil